

Oligarquia, disputas internas e eleições municipais: a competição entre situacionistas em Paranaguá (Paraná, 1908-1928)

Oligarchy, internal disputes and municipal elections: the competition between situationists in Paranaguá (Paraná, 1908-1928)

Sandro Aramis Richter Gomes*
<https://orcid.org/0000-0002-6790-4958>

Resumo

Neste artigo é desenvolvido um estudo sobre os resultados de seis eleições para os cargos de vereador e juiz distrital do município paranaense de Paranaguá, entre os anos de 1908 e 1928. A finalidade deste trabalho consiste em avançar no entendimento das formas de competição eleitoral nas cidades brasileiras no contexto da Primeira República. Nesse âmbito, a presente análise sustenta três argumentos. Primeiro, demonstra-se que, nas décadas de 1900 e 1910, os partidos de oposição não disputaram cargos na administração municipal de Paranaguá. Contudo, havia competição eleitoral, a qual era travada entre candidatos pertencentes ao grupo governista. Segundo, cabe evidenciar que a dinâmica política dessa cidade possuía um aspecto rotineiro, visto que era muito estável o predomínio dos postulantes que pertenciam às chapas oficiais da agremiação situacionista. Em terceiro lugar, destaca-se que, no início dos anos 1920, a participação de um partido oposicionista nas eleições municipais não reduziu a força política dos situacionistas. Essa participação não estimulou a consolidação de um grupo permanentemente organizado para combater os governistas naquela cidade.

Palavras-chave: competição eleitoral; oligarquia; Paranaguá; Primeira República brasileira.

Abstract

This article analyzes the six results of the elections for city councilor and district judge in the municipality of Paranaguá, Paraná, from 1908 to 1928. The purpose of this work is to advance our understanding of the forms of

*Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. E-mail: argomes8@gmail.com



electoral competition in Brazilian cities during the First Republic. Within this context, this analysis supports three arguments. First, in the 1900s and 1910s, opposition parties did not compete for positions in the municipal administration of Paranaguá. However, there was electoral competition. This competition involved candidates belonging to the ruling party. Second, the political dynamics of this city had a routine aspect, as the predominance of candidates from the official governing party tickets was very stable. Third, in the early 1920s, the participation of an opposition party in the municipal elections did not reduce the political strength of the ruling parties. This participation did not stimulate the consolidation of a permanently organized group to combat the ruling parties in that city.

Keywords: electoral competition; First Brazilian Republic; oligarchy; Paranaguá.

Introdução

Neste artigo é realizada uma análise dos resultados de seis eleições para os cargos de vereador e juiz distrital do município de Paranaguá, situada no litoral do Estado do Paraná. Essas eleições ocorreram entre os anos de 1908 e 1928. O ano de 1908 é alusivo ao momento em que, nessa cidade, os pleitos para os referidos cargos começaram a ser disputados somente por membros do partido governista. O ano de 1928, por sua vez, é referente à última eleição municipal acontecida naquela cidade no contexto da Primeira República. Nesse âmbito, o objetivo deste estudo é evidenciar a natureza da competição eleitoral em um município no qual, por longos anos, não houve a atuação permanente de partidos de oposição. Em um sentido amplo, a presente investigação busca produzir um conhecimento acerca das disputas políticas nas cidades brasileiras durante as primeiras décadas do regime republicano.

Há três argumentos apresentados neste artigo. Primeiro, destaca-se que, nas décadas 1900 e 1910, a inexistência de partidos de oposição não impediu que houvesse competição eleitoral em Paranaguá. Nesse período, tal competição envolveu somente os membros da agremiação situacionista. Segundo, cumpre salientar que a existência de embates eleitorais não ameaçou o controle que os chefes locais do partido governista exerciam sobre os postos da administração municipal. A agremiação dominante manteve um domínio muito estável sobre essa administração. Terceiro, trata-se de ressaltar que a participação de um partido oposicionista no pleito de 1920 não foi acompanhada por uma mudança na natureza da competição eleitoral naquela cidade.

Nos anos finais da Primeira República, em Paranaguá, as disputas eleitorais continuaram envolver apenas situacionistas.

O tema da competição eleitoral na Primeira República brasileira tem obtido ênfase nos estudos históricos. Em boa medida, o avanço no entendimento sobre a vida política de tal período é decorrente da análise de eleições para o cargo de deputado federal.¹ Um aspecto convergente dos estudos referentes a essas eleições consiste no reconhecimento de que, em distintas regiões do país, havia efetiva polarização eleitoral. Existiram partidos de oposição que combateram as agremiações dominantes e, ocasionalmente, obtiveram espaço nas casas legislativas.² A análise das dissidências acontecidas nos partidos governistas também propicia a compreensão a respeito da formação e da atividade eleitoral de grupos regionais de oposição.³

No entanto, a historiografia carece de análises concernentes às disputas para as instâncias locais do Poder Legislativo. Permanecem pouco desenvolvidos os estudos sobre a competição por vagas nos congressos estaduais e nas câmaras municipais. A incipiência dessa vertente de análise dificulta a comparação entre os estados no que tange ao grau de competitividade de suas eleições. A atenção às disputas para cargos estaduais e municipais permite avançar na compreensão de temas como a capilaridade dos partidos de oposição, os fatores do crescimento do eleitorado dessas agremiações e as formas de embate eleitoral em contextos nos quais os partidos minoritários atuavam de maneira episódica.

De fato, existem contribuições novas à investigação da vida política dos municípios brasileiros ao tempo da Primeira República. Uma contribuição reside no estudo da atividade eleitoral dos partidos municipais, os quais surgiram como antagonistas das agremiações situacionistas de estados como

¹ ZULINI, Jaqueline Porto. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

² FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais (1889-1930)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016; RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. “A terceira estrela da federação”: a bancada gaúcha no contexto político-eleitoral dos anos 1920 a 1924. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

³ ARRUDA, Larissa Vacari Rodrigues de. *Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses (1892-1906)*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2015; MARTINY, Carina. As diversas oposições no Rio Grande do Sul da Primeira República. In: BATISTELLA, Alessandro [et. al.] (Org.). *Capítulos de História Política: problemas e estudos*. Vol. 2. Passo Fundo: Acervus, 2020, p. 291-313; SACCOL, Tassiana Maria Parciannelo. *De líderes históricos a opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

Minas Gerais e São Paulo.⁴ Contudo, há tempos as análises sobre a vida política das cidades no início do século XX são dedicadas ao estudo do perfil socio-profissional das elites locais e da natureza do poder político exercido pelos membros dessas elites.⁵ A investigação das ação eleitoral dos chefes partidários radicados em pequenos municípios permanece como um elemento basilar de estudos referentes a estados como o Paraná.⁶

Uma contribuição derivada da análise da atividade política desses chefes reside no conhecimento das formas de acomodação de personagens do jogo eleitoral das antigas províncias nos quadros partidários da Primeira República.⁷ Ao mesmo tempo, a atenção aos perfis socioprofissionais é decisiva para a comparação entre os estados no que concerne ao grau de renovação do rol de lideranças políticas a partir da instauração do Estado republicano. Todavia, remanesce pouco avançado o estudo do desempenho eleitoral desses chefes entre as décadas de 1890 e 1920. Assim, um avanço nos estudos relativos à Primeira República consiste na identificação dos motivos do aumento e da redução da competitividade eleitoral de líderes partidários cuja atividade política era circunscrita à esfera municipal.

A análise da condição socioeconômica desses dirigentes é crucial para o conhecimento da composição dos quadros políticos que se formaram nos municípios brasileiros a partir de 1889. Neste artigo, tal identificação é efetuada em conjunto com o estudo das flutuações do desempenho eleitoral dos grupos situacionistas que se enfrentaram nos pleitos municipais. Em última instância, a presente abordagem detém-se sobre a ação política de uma oligarquia cujos membros criaram um cenário de polarização eleitoral que não se modificou no decorrer de duas décadas.

Neste trabalho, argumenta-se que, em Paranaguá, no mencionado recorte temporal, havia uma *oligarquia competitiva*.⁸ Em um cenário no qual o

⁴ FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política...* Op. cit.; WOODARD, James P. *Um lugar da política: republicanismo e regionalismo em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2019.

⁵ BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As elites políticas de Rio Claro: recrutamento e trajetória*. Campinas/Piracicaba: Ed. Unicamp/Ed. Unimep, 2001; MARTINY, Carina. “Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”: constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

⁶ GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *O poder local e o coronelismo no Paraná, 1880-1930*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

⁷ CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. *Cícero Dantas Martins – de Barão a Coronel: trajetória política de um líder conservador na Bahia (1838-1903)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

⁸ Concernente ao emprego do conceito de *oligarquia competitiva* para a compreensão da vida política

número de eleitores daquele município pouco se modificou e não existiam partidos de oposição bem-estruturados, a competição eleitoral era travada entre os integrantes de um pequeno grupo, o qual era composto pelos expoentes locais da ordem governista.

Por fim, as fontes empregadas na confecção deste artigo consistem nas atas das juntas apuradoras formadas em Paranaguá nos períodos eleitorais. Foram utilizados, ainda, jornais de circulação local. As atas contêm os resultados dos pleitos eleitorais, ao passo que os periódicos comportam informações sobre a atividade política e profissional dos candidatos aos postos da administração municipal.⁹

A cidade de Paranaguá no contexto da vida política paranaense dos anos 1900

A análise dos resultados das eleições municipais de Paranaguá demanda a formulação de um panorama da vida política local. Nesse quadro, compete evidenciar os efeitos das mudanças na cena política paranaense sobre o jogo eleitoral dessa cidade. Trata-se, pois, de fundamentar dois argumentos.

Primeiro, cumpre ressaltar que, de 1891 a 1907, havia um partido de oposição integrado ao jogo eleitoral paranaense. Essa agremiação era denominada Partido Republicano (PR). A maioria dos seus filiados era formada por egressos do Partido Liberal. Presidido pelo bacharel Generoso Marques dos Santos (1844-1928), o PR era o antagonista do Partido Republicano Federal (PRF). Liderado pelo advogado Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907), o PRF atuava no campo situacionista e era composto majoritariamente por ex-integrantes do Partido Conservador.¹⁰

Era muito desigual a competição entre essas agremiações. O PR obteve espaço nas instituições legislativas nas épocas em que o PRF apresentou chapas incompletas. Entretanto, foram poucas as cidades nas quais os seus candidatos conseguiram suplantar os postulantes lançados pelo partido

brasileira da época da Primeira República, ver COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas; PERISSINOTTO, Renato Monseff. Oligarquia competitiva e profissionalização política: o caso dos senadores brasileiros da Primeira República (1889-1934). Dados, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, 2017, p. 79-110.

⁹ As atas arroladas neste artigo estão sob a guarda da Câmara Municipal de Paranaguá (Rua João Estevão, 361, Ponta do Caju, Paranaguá, Paraná). Os jornais aqui selecionados, por seu turno, estão disponíveis para consulta no site da Hemeroteca da Biblioteca Nacional: <memoria.bn.gov.br>

¹⁰ Acerca da formação do quadro partidário do Paraná na Primeira República, ver SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

dominante. As vitórias em pequenos municípios não foram suficientes para assegurar a eleição dos candidatos do PR. De todo modo, elas denotam que havia diferenças entre as cidades paranaenses quanto à consistência da atividade eleitoral da oposição.¹¹

A cidade de Paranaguá não pertenceu ao conjunto dos principais redutos eleitorais do PR. Nesse município, os governistas não encontraram dificuldades para alcançar a maioria dos votos.¹² Foi apenas em 1891, ano em que o grupo político de Generoso Marques geriu o Governo estadual, que os correligionários desse bacharel controlaram a administração municipal de Paranaguá.¹³

Há evidências de que, nessa cidade, o PR não esteve permanentemente organizado para disputar com o PRF os cargos da administração municipal. A esse respeito, cabe destacar que em 1900 o candidato governista a prefeito de Paranaguá não teve concorrentes.¹⁴ No início do século XX, essa cidade não possuía um jogo eleitoral caracterizado pela competição permanente entre as forças da situação e da oposição. Nesse período, um fator que permitiu aos governistas conquistar facilmente o controle das instituições políticas do Paraná foi a dificuldade de o partido oposicionista permanecer eleitoralmente ativo. No começo dos anos 1900, o PR não participou de eleições para cargos como o de deputado estadual, bem como não evitou a migração de uma parcela dos seus filiados para o PRF.¹⁵

Em Paranaguá e nos demais municípios paranaenses, as primeiras duas décadas republicanas foram marcadas pela participação intermitente da oposição em disputas eleitorais. Ao longo desta análise, convém demonstrar que nessa cidade, no final dos anos 1900, a fusão entre o PRF e o PR pôs fim a um cenário no qual os postulantes oficiais da agremiação governista não tinham

¹¹ O primeiro planalto do Paraná era a região do estado na qual se localizavam os principais redutos eleitorais do PR. Em 1906, em uma disputa para o cargo de senador, o candidato oposicionista obteve 72,7% dos votos em São Mateus do Sul e 60,2% dos votos em São José dos Pinhais, cidade adjacente a Curitiba. *A República*, Curitiba, n. 30, 6 fev. 1906, p. 2.

¹² Em 1906, na eleição para uma vaga de senador, o postulante situacionista angariou 70,6% dos votos em Paranaguá. *A República*, Curitiba, n.30, 6. fev. 1906, p. 1.

¹³ Em 1891, a gestão da cidade de Paranaguá estava sob a responsabilidade da Intendência Municipal, cuja presidência era exercida pelo negociante Mathias Böhn (1864-1907). *A República*, Curitiba, n. 479. 22 ago. 1891, p. 1.

¹⁴ *A República*, Curitiba, n. 189, 26 ago. 1900, p. 2.

¹⁵ Em 1901 e 1903, o PR não lançou chapas nas disputas pelas 30 vagas do Congresso Legislativo do Estado. Esse lançamento voltou a ocorrer apenas em 1905, quando o PRF cedeu à oposição dez cadeiras nessa instituição. Em tal época, os membros do diretório do PR em Antonina, no litoral paranaense, já haviam migrado para o partido situacionista. *A República*, Curitiba, n. 292, 11 dez. 1905, p. 1.

concorrentes. Após o desaparecimento do PR, surgiram embates eleitorais entre os próprios membros do partido majoritário.

Trata-se, por conseguinte, de sustentar o segundo argumento desta seção. Ocorrida em 1908, a fusão do PRF com o PR originou a Coligação Republicana (CR).¹⁶ Essa união entre antigos adversários enfraqueceu o campo oposicionista. Ela também permitiu que uma parte dos ex-integrantes do PR tivesse acesso aos cargos da administração municipal de Paranaguá.¹⁷ Nesse contexto, em tal cidade, as chapas governistas passaram a contar com a presença de indivíduos que ainda não haviam desempenhado funções proeminentes na administração pública. Iniciou-se, assim, uma mudança gradativa na composição da elite política local.

Em Paranaguá, a mencionada fusão provocou o declínio das carreiras políticas de indivíduos que estavam integrados à administração municipal desde os anos finais do Segundo Reinado. Cabe salientar que, nos períodos 1892-1900 e 1900-1908, o cargo de prefeito de Paranaguá foi exercido pelos coronéis João Guilherme Guimarães (1857-1927) e Teodorico Júlio dos Santos (1855-1925), respectivamente. Eles estiveram ligados ao Partido Conservador na década de 1880, época em que começaram a desempenhar mandatos na Câmara local.¹⁸

Quando a CR foi criada, o grupo político de João Guilherme Guimarães se consolidou na liderança local da ordem situacionista. Porém, no início dos anos 1910, esse grupo foi suplantado por outra ala do situacionismo, a qual congregava políticos novatos e antigos membros da oposição estadual.¹⁹ A referida fusão partidária levou políticos veteranos ao ostracismo, assim como fortaleceu eleitoralmente indivíduos provenientes do campo oposicionista. Conforme evidenciado no decorrer deste estudo, houve egressos do

¹⁶ Uma nova iniciativa para estruturar uma agremiação oposicionista no estado data de novembro de 1908, ocasião em que o Partido Republicano Federal foi reativado. *Diário da Tarde*, Curitiba, n. 2951, 14 nov. 1908, p. 2.

¹⁷ Respeitante às épocas e aos motivos da fundação de partidos políticos no Paraná da Primeira República, ver GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

¹⁸ Em 1886, João Guilherme Guimarães e Teodorico Júlio dos Santos foram eleitos para o cargo de vereador de Paranaguá. Nesse contexto, o Partido Conservador atuava como agremiação situacionista. *Commercial*, Paranaguá, n. 19, 3 jul. 1886, p. 2.

¹⁹ Em 1911, o grupo político de João Guilherme Guimarães ainda comandava localmente o diretório do partido situacionista. *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, n. 68, 1911, p. 3476. No ano seguinte, contudo, uma disputa interna levou à renovação do núcleo dirigente da agremiação, que passou a ser comandada pelo médico Caetano Munhoz da Rocha (1879-1944). *A República*, Curitiba, n. 61, 14 mar. 1912, p. 1.

extinto PR que não demoraram a ascender à condição de líderes governistas de Paranaguá.

Por outro lado, essas informações indicam que, nesse município, os primeiros anos do regime republicano não foram marcados pelo surgimento de uma nova elite dirigente. Ao contrário, o fato de João Guilherme Guimarães ter desempenhado a função de prefeito desse município na década de 1890 é um indício de que parentelas politicamente ativas desde a época do Império continuaram dotadas de grande influência sobre o funcionamento das instituições administrativas na cidade.²⁰ Foi vagaroso o processo de consolidação, no jogo eleitoral de Paranaguá, de indivíduos que não eram provenientes dos partidos monárquicos. No limiar da Primeira República, ainda existia em tal município uma típica oligarquia de base familiar cujos integrantes desempenhavam cargos eletivos e comissionados em distintas esferas da administração pública.²¹

No curso desta abordagem, cumpre evidenciar que, a partir de 1908, os veteranos da cena política local não foram integralmente proscritos das eleições e das instituições municipais. Uma parcela desses veteranos permaneceu dotada de apoios suficientes para conquistar mandatos de vereador. Por outro lado, o ingresso de novos participantes no jogo político e a mudança na forma de competição eleitoral não promoveram uma transformação do perfil social dos ocupantes dos cargos eletivos no município. Em grande medida, esses cargos continuaram a ser exercidos por negociantes, os quais compunham a elite econômica da cidade.²²

²⁰ No curso do regime monárquico, distintos membros da família Guimarães atuaram na Câmara de Paranaguá. Ver ALVES, Alessandro Cavassin. A família de Manoel Antônio Guimarães na composição do poder local em Paranaguá (1856-1889). *Revista do NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses*, Curitiba, v. 3, n. 1, 2017, p. 209-237.

²¹ A respeito da presença de famílias da elite social de Paranaguá na vida política do Paraná entre os séculos XIX e XX, ver OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

²² A categoria de *negociantes* empregada neste artigo abarca desde os comerciantes varejistas aos proprietários de firmas de importação e exportação. Do final do século XIX ao início do século XX, não era incomum que os membros da elite econômica de Paranaguá tivessem suas trajetórias marcadas pelo envolvimento em distintos ramos da vida empresarial. Respeitante à atuação econômica dos mais abastados negociantes dessa cidade, os quais se dedicaram a atividades como a consignação de navios e a importação e exportação de mercadorias pelo porto local, ver FIGUEIRA, Priscila Onório. *Às margens da baía, um ancoradouro: história do desenvolvimento do Porto D. Pedro II, na Baía de Paranaguá (séculos XVIII-XX)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

A eleição municipal de 1908: o domínio político dos negociantes e o enfrentamento entre membros do partido governista

Nesta seção é analisado o resultado da eleição ocorrida em Paranaguá em 24 de junho de 1908. Trata-se de evidenciar que a vida política local era controlada por membros da classe mercantil. A agremiação governista era gerida localmente por negociantes cujas trajetórias foram marcadas pela presença constante nas instituições municipais. Nesse âmbito, demonstra-se que os antagonistas das chapas oficiais também eram pertencentes à elite de comerciantes. Portanto, a polarização eleitoral existente em Paranaguá foi decorrente do lançamento de uma profusão de candidaturas de negociantes, os quais ambicionavam exercer o controle permanente da administração local.

Compete salientar a existência de um cenário no qual as rivalidades entre correligionários não motivaram qualquer intervenção do diretório central do partido governista. Essa competição não provocou uma dissidência local na agremiação.²³ Ela era apenas uma disputa entre correligionários pela prerrogativa de exercer mandatos na condição de titular. Demonstra-se, assim, a vigência de uma situação na qual os titulares e os suplentes dos cargos de vereador e juiz distrital eram integrantes de um mesmo grupo político. Esses integrantes, portanto, se revezavam na gestão das instituições municipais.

Nessa época, não era comum haver concorrência entre os governistas pelo cargo de prefeito de Paranaguá.²⁴ Na maioria dos pleitos ocorridos entre 1908 e 1928, a ala minoritária do partido situacionista se eximiu de buscar o comando do Executivo Municipal. Para o desenvolvimento da abordagem sobre os primórdios da competição entre os governistas de Paranaguá, atente-se às informações da Tabela 1.

²³ O diretório central do partido governista precisou intervir nas atividades da agremiação em Paranaguá em apenas uma ocasião. Essa intervenção data de março de 1912. Nesse contexto, as alas rivais do PRP elegeram, separadamente, mesas executivas para gerirem localmente o partido. O diretório central, por seu turno, arbitrou essa querela com o intuito de reconhecer a legitimidade de apenas uma das mesas. Dessa forma, o embate entre os grupos rivais do partido majoritário ocorreu tanto em eleições municipais quanto na disputa pela gestão local da agremiação. *A República*, Curitiba, n. 61, 14 mar. 1912, p. 1.

²⁴ Em 1908, Caetano Munhoz da Rocha foi eleito prefeito de Paranaguá com 545 votos. PARANAGUÁ. *Atas da Câmara Municipal de Paranaguá*. Ata da Junta Apuradora, 21 jun. 1908, p. 1.

Tabela 1: Resultado da eleição para as vagas de vereador e juiz distrital de Paranaguá (1908)

Nome da chapa de candidatos a vereador	Total de candidatos	Total de candidatos eleitos	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa	Total de candidatos à reeleição	Total de candidatos atuantes no comércio e em empresas privadas	Total de candidatos atuantes no serviço público	Total de candidatos detentores de parentes na Guarda Nacional
Chapa da Coligação Republicana	8	8	2.374	68,4	2	7	1	7
Chapa governista não oficial	8	0	1.085	31,3	0	7	1	8
Outros	8	0	9	0,3	0	8	0	7
Nome da chapa de candidatos a juiz distrital	Total de candidatos	Total de candidatos eleitos	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa	Total de candidatos à reeleição	Total de candidatos atuantes no comércio e em empresas privadas	Total de candidatos atuantes no serviço público	Total de candidatos detentores de parentes na Guarda Nacional
Chapa da Coligação Republicana	4	4	1.440	62,4	0	4	0	4
Chapa governista não oficial	4	0	865	37,5	0	4	0	4
Outros	3	0	3	0,1	0	3	0	3

Fontes: *A República* (PR); *Almanak Laemmert* (RJ); *Atas da Câmara Municipal de Paranaguá* (1908); *Diário da Tarde* (PR); *Diário do Commercio* (PR).

Os dados da Tabela 1 permitem a elaboração de três constatações. Primeiro, o resultado da eleição de 1908 indica que existia uma competição entre as alas do partido situacionista em Paranaguá. Porém, essa competição era apenas um processo formal para definir os titulares e os suplentes dos cargos municipais. Não havia outro grupo político ou candidatos independentes

que disputassem votos com os filiados à agremiação situacionista. A antiga oposição estadual fora cooptada pelo partido governista, e os oposicionistas que não aprovaram a fusão entre o PRF e o PR estavam politicamente desmobilizados. Assim, a categoria de *Outros* da Tabela 1 é constituída por indivíduos que receberam entre 1 e 2 votos, mas não haviam se apresentado como candidatos.²⁵

Naquele ano, a votação dos candidatos não oficiais da CR não foi suficiente para ameaçar a eleição dos postulantes chancelados pelos dirigentes desse partido. Todavia, essa votação não foi inexpressiva. Constata-se que os candidatos não oficiais à Câmara conseguiram o apoio de parcela pouco inferior a um terço do eleitorado no pleito para as vagas de vereador. Na disputa pelo posto de juiz distrital, a votação dos oponentes dos postulantes oficiais foi ainda mais expressiva (37,5% dos sufrágios). Essa eleição contou com a participação de governistas que, apesar da falta de apoio oficial, tiveram suas candidaturas aceitas por uma fração do eleitorado.

Nessa disputa, uma parte dos candidatos vitoriosos já possuía experiência em participar de pleitos eleitorais. Entre os postulantes oficiais da CR, havia políticos cujas trajetórias eram marcadas pela participação contínua em eleições. Nessa época, os novatos da ordem situacionista concorreram com indivíduos que, havia décadas, estavam integrados ao quadro partidário e à administração municipal. Cabe mencionar que dentre os juízes distritais eleitos em 1908 estava o major Manuel Francisco de Souza, que iniciara a sua participação em disputas eleitorais em 1886, ano em que conquistou um mandato de vereador pelo Partido Conservador.²⁶

A Tabela 1 indica que apenas dois vereadores eleitos em 1904 pleitearam a reeleição em 1908. Esses mandatários eram Domingos Soriano da Costa (1858-1940) e Policarpo José Pinheiro (1859-1934). Ambos os correligionários começaram a desempenhar mandatos na Câmara Municipal no princípio dos anos 1890.²⁷ Essa informação denota que, ao tempo da mencionada eleição, fazia mais de uma década que existia em Paranaguá um grupo político acomodado na administração local.

²⁵ Na Primeira República, não havia um controle do Estado sobre a homologação de candidaturas. No período anterior à criação da Justiça Eleitoral (1932), eram considerados válidos os votos destinados a indivíduos que não haviam se apresentado formalmente como candidatos. Para o conhecimento da história das formas de organização das eleições no Brasil, ver NICOLAU, Jairo. *As eleições no Brasil: do Império aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

²⁶ *Commercial*, Paranaguá, n. 19, 3 jul. 1886, p. 2.

²⁷ *A República*, Curitiba, n. 66, 25 mar. 1893, p. 1.

Nesse contexto, a ascensão de novatos na cena política do município derivou do apoio da ala majoritária do partido situacionista. Foi esse apoio que proporcionou uma lenta renovação do quadro de lideranças políticas. Para corroborar essa afirmação, cumpre salientar que um dos vereadores eleitos em 1908 era o major José Gonçalves Lobo (1866-1937), originário do partido oposicionista que se fundira com o PRF.²⁸

O resultado do pleito evidenciou que a ala eleitoralmente mais forte da CR também era formada indivíduos ligados a parentelas que, havia décadas, atuavam na vida política local. Entre os membros da antiga elite local que conquistaram mandatos naquele ano estava o tenente-coronel Aníbal Guimarães Carneiro (1872-1948). Sobrinho do ex-prefeito João Guilherme Guimarães, Carneiro foi eleito para o cargo de vereador.²⁹

Cumprido, por conseguinte, fundamentar a segunda constatação desta seção. Os candidatos não oficiais da CR não tinham o intuito de abrir uma dissidência e migrar para a oposição. O lançamento de uma chapa concorrente por uma fração dos situacionistas não era um indicador do esgotamento da presença desses competidores no partido situacionista. Esse lançamento não significava que os postulantes não oficiais mantinham uma relação conflituosa com os próceres do governo.

Em 1908, por exemplo, um dos candidatos a juiz distrital da chapa não oficial era o coronel Luiz Victorino Picanço (1861-1931), egresso do campo oposicionista. O fato de ter competido com os postulantes oficiais da CR não o impediu de ser admitido ao núcleo dirigente do partido governista em Paranaguá em 1910.³⁰ O caso de Picanço também é uma evidência de que a atuação como antagonista dos postulantes oficiais não inviabilizava a participação do candidato não oficial nos esquemas de nomeações para cargos públicos. Por meio do envolvimento nesses esquemas, Picanço obteve o posto de comissário de Polícia de Paranaguá no final da década de 1910.³¹

Nessa época, a composição da chapa não oficial era marcada pela presença de personagens cuja ligação com os dirigentes da CR não era

²⁸ A integração dos membros do PR à ordem governista significou a aliança entre indivíduos que estiveram em lados opostos durante a Revolução Federalista (1893-1895), uma guerra civil na qual os insurgentes (*federalistas*) foram derrotados pelos legalistas, os quais eram apoiadores do presidente Floriano Peixoto. José Lobo foi, pois, um dos oposicionistas que aderiu à causa dos federalistas no contexto dessa guerra. VERNALHA, Milton Miró. *Maragatos X Pica-paus*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987, p. 275.

²⁹ PARANAGUÁ. *Atas da Câmara Municipal de Paranaguá*. Ata da Junta Apuradora, 21 de jul. 1908, p. 1.

³⁰ *A República*, Curitiba, n. 36, 14 fev. 1910, p. 1.

³¹ *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, n. 76, 1919, p. 3336.

suficientemente sólida. Esses candidatos permaneceram vinculados à ordem governista, mas nunca conquistaram os apoios necessários para terem os seus nomes incluídos nas chapas oficiais. Essa era a situação de Aníbal Ribeiro (1880-1959). Candidato a vereador pela chapa não oficial da CR em 1908, ele jamais obteve mandatos eletivos. Para governistas tais quais Ribeiro, o limite das oportunidades derivadas da ligação com o situacionismo era conseguir nomeações para cargos públicos.³²

Por outro lado, um aspecto peculiar à composição da chapa oficial no pleito de 1908 era a presença de membros de uma mesma família. A competição eleitoral em Paranaguá era marcada pela presença de parentelas cujos integrantes estavam ligados ao grupo governista que controlava a formação das chapas oficiais. Os membros dessas famílias se distinguiam pela capacidade de angariar a chancela do diretório local às suas candidaturas. A esse respeito, cabe destacar que, em 1908, a chapa oficial da CR tinha entre os seus componentes os irmãos Alberto Gomes Veiga (1858-1931), candidato a vereador, e Henrique Weimar Gomes Veiga, postulante a uma vaga de juiz distrital.³³

Cumprido, pois, sustentar a terceira constatação desta seção. Não havia marcante distinção socioeconômica entre os candidatos oficiais e não oficiais nas eleições municipais de Paranaguá de 1908. A Tabela 1 mostra que a maioria desses candidatos pertencia a um grupo urbano cujos membros se dedicavam aos ramos do comércio. Esses postulantes também se assemelhavam pelo fato de que estavam integrados aos esquemas de concessões de patentes do oficialato da Guarda Nacional.³⁴ Em tal época, as eleições municipais em Paranaguá foram caracterizadas pelo embate entre negociantes que pertenciam à elite dessa corporação. Trata-se de demonstrar, por consequência, que os aspectos da competição eleitoral nessa cidade não se modificaram no curso dos anos 1910.

As eleições municipais da década de 1910: a força política da classe mercantil e a perpetuação das disputas entre governistas

Em 1912, em Paranaguá, a eleição municipal foi realizada no dia 20 de junho. Nessa ocasião, não havia um partido de oposição em atividade no

³² Aníbal Ribeiro foi um servidor público federal. Nessa condição, nos anos 1910, ele desempenhou o cargo de fiel da Alfândega de Paranaguá. *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, n. 72, 1916, p. 3353.

³³ PARANAGUÁ. *Atas da Câmara Municipal de Paranaguá*. Ata da Junta Apuradora, 21 de jul. 1908, p. 1.

³⁴ As patentes que se encontram relacionadas aos nomes dos candidatos eram as de coronel, tenente-coronel, major, capitão e tenente. PARANAGUÁ. *Atas da Câmara Municipal de Paranaguá*. Ata da Junta Apuradora, 21 de jul. 1908, p. 1-2.

Paraná. O início dos anos 1910 foi caracterizado pela desarticulação política dos líderes da oposição estadual. As agremiações oposicionistas fundadas no estado no decorrer dessa década tiveram curta duração, bem como não se mostraram dispostas a participar de eleições municipais.³⁵ Essas novas agremiações eram dependentes da apresentação de chapas incompletas pelos governistas para que conseguissem eleger um pequeno número de candidatos à Câmara dos Deputados e ao Congresso Legislativo do Estado.³⁶

Nesse período, não surgiu um grupo oposicionista dotado da capacidade de contrabalançar a força eleitoral dos governistas. As principais iniciativas destinadas ao enfrentamento das chapas do partido majoritário foram realizadas pelas chapas não oficiais de governistas, bem como pelas efêmeras agremiações municipais. Foram essas iniciativas que asseguraram a existência de competição em um cenário político no qual os partidos de oposição não atuavam de forma ininterrupta no jogo eleitoral.

No Paraná, ao tempo das eleições municipais de 1912, foram criados partidos locais em Curitiba, Guarapuava e Palmas. A inexistência de um partido estadual de oposição não impediu que houvesse competição eleitoral em diferentes cidades. Essa competição foi decorrente de iniciativas independentes umas das outras. Tais iniciativas não culminaram na formação de uma nova agremiação oposicionista. Elas foram esforços isolados para combater as chapas oficiais. Todos esses esforços foram eleitoralmente malsucedidos.³⁷

Naquele ano, em Paranaguá, a competição eleitoral entre os situacionistas ainda não atingira o seu ápice, de modo que o prefeito Caetano Munhoz da Rocha se reelegeu como candidato único.³⁸ Houve enfrentamento apenas nos pleitos para vereador e juiz distrital. Nessa ocasião, a agremiação situacionista, que adotara a denominação de Partido Republicano Paranaense (PRP), não

³⁵ O Partido Republicano Federal, que fora reativado em fins de 1908, não perdurou para além do primeiro semestre de 1909. Em 1913, foi criado no Paraná um diretório estadual do Partido Republicano Liberal (PRL). Essa agremiação disputou apenas uma eleição para o Congresso Estadual, em 1913, e se extinguiu em 1915, após grande parte de seus dirigentes ter sido cooptada pelo partido governista. Respeitante ao quadro partidário do Paraná no começo dos anos 1910, ver GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *Classe dominante e jogo político...* Op. cit.

³⁶ A esse respeito, cabe destacar que, em 1912, na eleição para as quatro vagas de deputado federal realizada no Paraná, os três candidatos de oposição se lançaram de forma avulsa. Nessa ocasião, a eleição do oposicionista Manuel Correia de Freitas (1851-1932) para a Câmara dos Deputados derivou do fato de que o partido governista apresentou apenas três postulantes. BRASIL. *Annaes da Câmara dos Deputados*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912, p. 38.

³⁷ A *República*, Curitiba, edições de 21, 24 e 28 de junho de 1912.

³⁸ Caetano Munhoz da Rocha foi reeleito prefeito de Paranaguá com 606 votos. PARANAGUÁ. *Atas da Câmara Municipal de Paranaguá*. Ata da Junta Apuradora, 5 jul. 1908, p. 75.

teve dificuldade para eleger os seus postulantes. De 1908 a 1912, não houve uma mudança acentuada no grau de competitividade das chapas adversárias e nos perfis sociais dos postulantes. Atente-se, pois, aos dados da Tabela 2.

Tabela 2: Resultado das eleições para as vagas de vereador e juiz distrital de Paranaguá (1912-1916)

1912							
Nome da chapa de candidatos a vereador	Total de candidatos	Total de candidatos eleitos	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa	Total de candidatos à reeleição	Total de candidatos atuantes no comércio e em empresas privadas	Total de candidatos detentores de parentes na Guarda Nacional
Chapa do Partido Republicano Paranaense	8	8	2.611	72,6	2	8	8
Chapa governista não oficial	8	0	986	27,4	0	8	4
Nome da chapa de candidatos a juiz distrital	Total de candidatos	Total de candidatos eleitos	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa	Total de candidatos à reeleição	Total de candidatos atuantes no comércio e em empresas privadas	Total de candidatos detentores de parentes na Guarda Nacional
Chapa do Partido Republicano Paranaense	4	4	1.484	61,3	2	4	3
Chapa governista não oficial	4	0	938	38,7	0	4	1

Continua

Conclusão

1916							
Nome da chapa de candidatos a vereador	Total de candidatos	Total de candidatos eleitos	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa	Total de candidatos à reeleição	Total de candidatos atuantes no comércio e em empresas privadas	Total de candidatos detentores de parentes na Guarda Nacional
Chapa do Partido Republicano Paranaense	8	8	2.145	69,5	1	8	6
Chapa governista não oficial	8	0	942	30,5	0	8	0
Outro	1	0	1	0	0	1	0
Nome da chapa de candidatos a juiz distrital	Total de candidatos	Total de candidatos eleitos	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa	Total de candidatos à reeleição	Total de candidatos atuantes no comércio e em empresas privadas	Total de candidatos detentores de parentes na Guarda Nacional
Chapa do Partido Republicano Paranaense	4	4	1.284	60,5	0	4	2
Chapa governista não oficial	4	0	840	39,5	0	4	0

Fontes: *A República* (PR); *Almanak Laemmert* (RJ); *Atas da Câmara Municipal de Paranaguá* (1912;1916); *Diário da Tarde* (PR); *Diário do Commercio* (PR).

As informações contidas na Tabela 2 permitem a sustentação de dois argumentos. Primeiro, cumpre destacar que, em 1912, a disputa eleitoral em Paranaguá continuou a envolver somente indivíduos que, além de pertencerem à ordem situacionista, integravam o grupo dos negociantes. Do Segundo Reinado à Primeira República, os membros da elite mercantil do município se alternavam no exercício de funções centrais da administração municipal.

Em geral, esses negociantes tiveram os seus percursos políticos circunscritos à esfera local. Eles eram líderes partidários que tinham a tarefa de amealhar votos aos candidatos recomendados pelo diretório central do PRP.³⁹ O limite da influência política de personagens como o coronel Joaquim Soares Rodrigues (1849-1924), cujo primeiro mandato de vereador foi obtido em 1912, consistiu em participar da direção local do PRP.⁴⁰

Em Paranaguá, os governistas rivalizavam entre si para obter a indicação a uma vaga nas chapas oficiais. A falta do aval dos dirigentes do partido estimulava o situacionista preterido a se apresentar como postulante da chapa não oficial. Contudo, posteriormente tal candidato poderia obter a chancela dos chefes do partido para exercer mandatos na administração municipal. Em resumo, não eram incontornáveis os antagonismos entre os candidatos das chapas oficial e não oficial. Dessa forma, houve casos em que uma candidatura pela chapa não oficial foi uma etapa anterior à inclusão do postulante na chapa oficial do PRP.

Assim, cabe salientar o caso de Docilo Guimarães da Silva (1877-1944). Em 1908, ele pleiteou uma vaga de vereador pela chapa não oficial. Em 1912, foi incluído na chapa oficial e conquistou um mandato à Câmara Municipal.⁴¹ Em suma, a existência de competição eleitoral nessa cidade não significou que os situacionistas excluídos das chapas oficiais estavam dispostos a se mover para o campo da oposição.

A eleição de Docilo da Silva é também uma evidência de que, em Paranaguá, existia um seletor conjunto de famílias cujos membros desempenhavam funções decisivas na administração pública. Uma parte dessas famílias pertencia à ordem governista desde a primeira década republicana. Docilo da Silva, por exemplo, era filho do coronel João Estevão da Silva (1850-1929), o qual, do final dos anos 1890 ao início da década de 1900, atuou no Congresso Legislativo do Paraná e na Câmara de Paranaguá.⁴²

Cabe, pois, sustentar a segunda afirmação alusiva à eleição de 1912. Nessa ocasião, os situacionistas incluídos na chapa não oficial estavam divididos em duas categorias. Uma categoria era a dos novatos que, ao

³⁹ Acerca dos aspectos basilares do poder político e da ação eleitoral dos coronéis da Primeira República, ver LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias, 1889-1943: a Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁴⁰ *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, 1918, v. 1, p. 2219.

⁴¹ PARANAGUÁ. *Atas da Câmara Municipal de Paranaguá*. Ata da Junta Apuradora, 5 jul. 1912, p. 76.

⁴² NEGRÃO, Francisco. *Genealogia paranaense*. Vol. 6. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2004, p. 219.

permaneceram filiados ao partido majoritário, conquistaram mandatos em eleições subsequentes. Nessa categoria estava Juvenal Ferreira Arantes (1863-1944). Derrotado no pleito para juiz distrital em 1912, ele se elegeu vereador em 1916.⁴³ Arantes era um antigo oposicionista que, após aderir ao situacionismo, não obteve rapidamente a oportunidade de atuar nas instituições municipais.⁴⁴ Em tal categoria também estava Aníbal Dias de Paiva (1878-1941). Integrado à elite dirigente de Paranaguá no início dos anos 1920, em 1912 ele não se elegeu vereador.⁴⁵ Assim, houve políticos novatos que conquistaram lentamente o respaldo eleitoral do PRP.

Na segunda categoria de candidatos estavam os governistas que pleiteavam pela primeira vez o ingresso nas instituições municipais, mas nunca não tiveram o apoio dos dirigentes do PRP. Em tal situação se encontrava Agostinho Antônio Pereira Alves, o qual teve maior projeção na cena política local após se desfiliar do PRP.⁴⁶ Porém, casos como o desse negociante eram raros. Em sua maioria, os membros dessa categoria permaneceram integrados ao PRP após malograrem nas eleições.⁴⁷

Em 1916, no Paraná, havia um grupo oposicionista em atividade. Esse grupo foi o responsável por estruturar localmente o Partido Republicano Conservador (PRC), uma agremiação nacional que era gerida naquele estado pelo senador Manuel de Alencar Guimarães (1865-1940), oriundo dos quadros do PRP. Nessa época, a oposição estadual não era liderada por personagens emergentes da vida política, mas por veteranos que haviam se desligado do partido dominante em fins de 1914.⁴⁸ De todo modo, o PRC paranaense não

⁴³ PARANAGUÁ. *Atas da Câmara Municipal de Paraná*. Ata da Junta Apuradora, 6 jul. 1916, p. 90.

⁴⁴ De forma análoga ao citado José Gonçalves Lobo, Juvenal Ferreira Arantes foi partidário da causa federalista nos anos 1890. Em 1894, Arantes apoiou a tomada de Paranaguá pelos insurgentes oriundos do Rio Grande do Sul. BORMANN, José Bernardino. *Dias fratricidas: memórias da Revolução Federalista no Paraná*. Vol. 1. Curitiba: Tip. da Livraria Econômica, 1901, p. 121.

⁴⁵ PARANAGUÁ. *Atas da Câmara Municipal de Paranaguá*. Ata da Junta Apuradora, 5 jul. 1912, p. 76.

⁴⁶ Agostinho Antônio Pereira Alves foi um apoiador da candidatura oposicionista de Getúlio Vargas à Presidência da República em 1930. Em outubro desse ano, esse apoio lhe assegurou a nomeação para o cargo de prefeito de Paranaguá. Tal nomeação foi realizada pelo interventor Mário Tourinho, que foi um dos líderes paranaenses da Revolução de 1930. *O Dia*, Curitiba, n. 2673, 9 out. 1930, p. 2.

⁴⁷ Dentre os oito candidatos a vereador pela chapa não oficial de 1912, apenas Agostinho Alves migrou para a oposição. Desse total de postulantes, cinco voltaram a se candidatar sem o apoio oficial do PRP.

⁴⁸ Um dos fatores dessa dissidência foi a perda de espaço do grupo político de Alencar Guimarães nas articulações para a indicação de candidatos à Câmara dos Deputados pelo PRP. Ver GUIMARÃES, Manoel de Alencar. *Política do Paraná: discursos pronunciados pelo deputado Manoel de Alencar Guimarães no Congresso Legislativo do Paraná*. Curitiba: s/e, 1915.

participou de eleições municipais, assim como permaneceu inativo em momentos como a eleição estadual de 1917.⁴⁹

Em meados da década de 1910, a oposição não possuía relevante capilaridade nos municípios paranaenses. Nesse contexto, em Paranaguá, a competição eleitoral permanecia restrita ao embate entre as chapas oficial e não oficial do PRP.⁵⁰ A esse respeito, trata-se de sustentar duas afirmações sobre a eleição municipal de 1916. Primeiro, cabe mencionar que nessa época a maioria dos vereadores eleitos em 1912 não pleiteou a reeleição. A Tabela 2 evidencia que a disposição de permanecer no exercício de um cargo eletivo foi mais comum entre os juízes distritais. Entretanto, a alta renovação da Câmara Municipal em 1916 não resultou na ascensão de políticos desprovidos de vínculos com a elite local.

Esse pleito foi marcado pela participação de novatos cujos familiares estavam filiados ao PRP. Entre os novos camaristas estava Ceciliano da Silva Correia (1873-1962), irmão do vereador Presciliano da Silva Correia (1878-1965). No rol dos camaristas eleitos naquele ano, encontravam-se também Domingos Soriano da Costa, que retornou ao Legislativo Municipal após um quadriênio, e Ildefonso Munhoz da Rocha (1881-1950), irmão do ex-prefeito Caetano Munhoz da Rocha.⁵¹ De outra parte, cabe mencionar que entre os juízes distritais eleitos em 1916 estava João Estevão da Silva Júnior (1876-1924), irmão do vereador Docilo da Silva, que não pleiteou a reeleição.⁵² Dessa forma, a eleição ocorrida em tal ano foi caracterizada pela reiteração da presença de diferentes famílias em postos centrais da administração local.

Nesse período, os aspectos intrínsecos aos componentes da elite política da cidade eram pertencer à Câmara, ao rol de juízes distritais e ao diretório municipal do PRP. No final dos anos 1910, famílias como a de João Estevão da Silva Júnior estavam integradas a essa elite.⁵³ Porém, a maioria

⁴⁹ Em 1917, o PRP apresentou chapa completa para o Congresso Legislativo do Estado. Essa apresentação desestimulou a participação da oposição no pleito. *A República*, Curitiba, n. 245, 16 out. 1917, p. 1.

⁵⁰ Nessa ocasião, José Gonçalves Lobo não teve concorrentes em sua candidatura a prefeito. Ele angariou 531 sufrágios. *PARANAGUÁ. Atas da Câmara Municipal de Paraná*. Ata da Junta Apuradora, 6 jul. 1916, p. 90.

⁵¹ A presença dos Correia na Câmara de Paranaguá, na década de 1910, evidencia a capacidade de essa parentela resguardar sua influência sobre a cena política local. Essa família estava enraizada nessa cena desde a época do regime monárquico, período em que os seus integrantes eram filiados ao Partido Conservador. Ver ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná (1853-1889): a classe política, a parentela no Governo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

⁵² Nessa ocasião, José Gonçalves Lobo não teve concorrentes em sua candidatura para prefeito. Ele angariou 531 sufrágios. *PARANAGUÁ. Atas da Câmara Municipal de Paraná*. Ata da Junta Apuradora, 6 jul. 1916, p. 90.

⁵³ Em 1919, no momento em que João Estevão da Silva Júnior atuava como juiz distrital, o seu pai era membro da cúpula do PRP de Paranaguá. *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, n. 1, 1919, p. 3334.

dos gestores da administração de Paranaguá era distinguida pela limitada circulação institucional.⁵⁴

Cumpre, por conseguinte, fundamentar a segunda constatação desta seção. Em 1916, a chapa não oficial do PRP foi composta por indivíduos que não possuíam experiência prévia no exercício de mandatos e de funções capitais no interior desse partido. No mencionado ano, por exemplo, Aníbal Dias de Paiva permanecia na condição de governista que almejava se integrar à elite dirigente da cidade. Por consequência, ele pleiteou o cargo de vereador como postulante da chapa não oficial e experimentou nova derrota.⁵⁵

Verifica-se, portanto, que a falta do respaldo da ala majoritária do PRP de Paranaguá determinava o insucesso eleitoral de um candidato. Nos anos 1910, o enfrentamento aos postulantes oficiais do PRP era empreendido por indivíduos que tinham uma posição menos proeminente nessa agremiação e continuaram a ela vinculados em um momento no qual o campo da oposição estadual começava a se reorganizar. A maioria dos situacionistas eleitoralmente fracos permaneceu ligada aos chefes locais desse partido. Há evidências de que essa ligação continuou muito consistente após o fim da Primeira República.⁵⁶

As eleições municipais da década de 1920: a breve atuação de um partido oposicionista e a conservação do predomínio dos candidatos oficiais

Em 1920, Manuel de Alencar Guimarães continuava na posição de líder da oposição paranaense. Nessa época, ele era o presidente do Partido Autonomista (PA), o qual confeccionou chapas para participar das eleições

⁵⁴ Entre as décadas de 1890 e 1920, Antônio José de Sant'Anna, Domingos Soriano da Costa, Ildefonso Munhoz da Rocha, João Estevão da Silva, José Gonçalves Lobo e Teodorico Júlio dos Santos foram os únicos vereadores de Paranaguá que se elegeram para o Congresso Legislativo do Estado. Ver GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *Classe dominante e jogo político...* Op. cit.

⁵⁵ PARANAGUÁ. *Atas da Câmara Municipal de Paraná*. Ata da Junta Apuradora, 6 jul. 1916, p. 90.

⁵⁶ Para atestar essa afirmação, cabe destacar os casos de Manuel Nunes Barranco (1875-1948) e Manuel Vieira dos Santos (1894-1951). Em 1912, Barranco não conseguiu ser eleito vereador pela chapa não oficial do PRP. Em 1916, Vieira dos Santos também não teve êxito no propósito de se eleger vereador como candidato não oficial. De todo modo, eles permaneceram por longos anos na condição de aliados dos líderes desse partido. Em 1935, os antigos membros do PRP estavam filiados à União Republicana Paranaense (URP). Em tal ano, Barranco e Vieira dos Santos foram incluídos na chapa que esse novo partido apresentou na eleição para a Câmara de Paranaguá. Eles não se elegeram. Contudo, Vieira dos Santos assumiu o mandato em 1937 em virtude do falecimento de José Gonçalves Lobo, que nos anos 1930 chefiou localmente o grupo político formado pelos remanescentes do PRP. PARANAGUÁ. *Atas da Câmara Municipal de Paranaguá*. Sessão de 14 de outubro de 1937, p. 1.

municipais realizadas em 21 de junho. Há registros de que o PA lançou candidatos em dez municípios. Todavia, nenhuma chapa apresentada por esse partido derrotou os postulantes sustentados pelo PRP.⁵⁷

Em Paranaguá, o pleito de 1920 foi um evento singular, visto que os chefes locais da oposição decidiram enfrentar os candidatos do PRP, a despeito do fato de esse partido não ter apresentado chapas incompletas para assegurar aos seus adversários uma pequena representação na Câmara local. Essa disputa precedeu a restauração de um cenário caracterizado por desmobilização e baixa atividade eleitoral da oposição no Paraná.

Em Paranaguá, as atividades eleitorais do PA foram coordenadas pelo ex-prefeito João Guilherme Guimarães, tio de Alencar Guimarães. Nessa cidade, a oposição era constituída por indivíduos que se desfilaram do PRP em virtude da saída de Alencar Guimarães do campo situacionista. Um dos expoentes locais do PA era o ex-vereador Alberto Gomes Veiga, que era próximo da família Guimarães desde a época em que integrou o Partido Conservador.⁵⁸

Essas informações indicam que, naquela cidade, existiram negociantes que se mantiveram politicamente unidos tanto na época em que pertenceram ao partido situacionista quanto no contexto em que atuaram no campo da oposição. Uma parcela dos componentes da elite econômica de Paranaguá manteve uma duradoura aliança eleitoral, a qual se estendeu do Segundo Reinado à Primeira República.⁵⁹ Em síntese, a estruturação do PA nesse município foi efetuada por comerciantes que permaneceram como correligionários após se desligaram da ordem governista.

Em 1920, Alberto Gomes Veiga foi o candidato do PA na disputa pelo cargo de prefeito de Paranaguá. Ele concorreu com José Gonçalves Lobo. Candidato à reeleição, Lobo era à época um prócer local do PRP. Nesse pleito, não prosperaram os esforços do PA para consolidar sua presença na vida política e administrativa desse município. Enquanto Lobo angariou 474 votos (84%), Veiga amealhou apenas 90 sufrágios (16%).⁶⁰ Na disputa pelas vagas de vereador e juiz distrital, a superioridade do PRP foi menos acentuada. No

⁵⁷ *A República*, Curitiba, n. 152, 26 jun. 1920, p. 1.

⁵⁸ *Commercial*, Paranaguá, n. 19, 3 jul. 1886, p. 2.

⁵⁹ Nesse âmbito, cabe salientar que nos anos 1890 Alberto Gomes Veiga e João Guilherme Guimarães fizeram parte da elite dirigente dessa cidade. Em 1893, integrados à agremiação governista, Gomes desempenhou mandato de vereador, ao passo que Guimarães foi, cumulativamente, prefeito de Paranaguá e presidente da Câmara Municipal. *A República*, n. 66, 25 mar. 1893, p. 1.

⁶⁰ PARANAGUÁ. *Atas da Câmara Municipal de Paranaguá*. Ata da Junta Apuradora Municipal, 6 jul. 1920, p. 75.

entanto, a votação do PA foi insuficiente para que conseguisse eleger os seus candidatos. Cabe analisar, assim, as informações da Tabela 3:

Tabela 3: Resultado das eleições para as vagas de vereador e juiz distrital de Paranaguá (1920-1924-1928)⁶¹

1920							
Nome da chapa de candidatos a vereador	Total de candidatos	Total de candidatos eleitos	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa	Total de candidatos à reeleição	Total de candidatos atuantes no comércio e em empresas privadas	Total de candidatos atuantes como advogados
Chapa do Partido Republicano Paranaense	8	8	2.076	65,3	4	7	1
Chapa do Partido Autonomista	8	0	787	24,7	0	8	0
Outros	6	0	321	10	0	6	0
Nome da chapa de candidatos a juiz distrital	Total de candidatos	Total de candidatos eleitos	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa	Total de candidatos à reeleição	Total de candidatos atuantes no comércio e em empresas privadas	Total de candidatos atuantes como advogados
Chapa do Partido Republicano Paranaense	4	4	1.003	46,3	2	4	0
Chapa governista não oficial	5	0	720	33,2	0	4	0

Continua

⁶¹ Em 1920, dois anos antes da extinção da Guarda Nacional, a Junta Apuradora de Paranaguá deixou de mencionar as patentes que os candidatos a vereador e juiz de paz possuíam nessa corporação.

Continuação

Chapa do Partido Autonomista	4	0	445	20,5	0	4	0
Nome da chapa de candidatos a juiz distrital de Rio das Pedras	Total de candidatos	Total de candidatos eleitos	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa	Total de candidatos à reeleição	Total de candidatos atuantes no comércio e em empresas privadas	Total de candidatos atuantes como advogados
Chapa do Partido Republicano Paranaense	4	4	56	63,6	0	–	–
Chapa governista não oficial	4	0	32	36,4	0	–	–

1924

Nome da chapa de candidatos a vereador	Total de candidatos	Total de candidatos eleitos	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa	Total de candidatos à reeleição	Total de candidatos atuantes no comércio e em empresas privadas	Total de candidatos atuantes como advogados
Chapa do Partido Republicano Paranaense	8	8	1.418	72,1	4	8	0
Chapa governista não oficial	8	0	495	67,9	0	8	0
Nome da chapa de candidatos a juiz distrital	Total de candidatos	Total de candidatos eleitos	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa	Total de candidatos à reeleição	Total de candidatos atuantes no comércio e em empresas privadas	Total de candidatos atuantes como advogados

Continua

Continuação

1924							
Chapa do Partido Republicano Paranaense	4	4	802	68,4	2	4	0
Chapa governista não oficial	4	0	370	31,6	0	4	0
Nome da chapa de candidatos a juiz distrital de Rio das Pedras	Total de candidatos	Total de candidatos eleitos	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa	Total de candidatos à reeleição	Total de candidatos atuantes no comércio e em empresas privadas	Total de candidatos atuantes como advogados
Chapa do Partido Republicano Paranaense	4	4	56	66,7	2	–	–
Chapa governista não oficial	4	0	28	33,3	0	–	–
1928							
Nome da chapa de candidatos a vereador	Total de candidatos	Total de candidatos eleitos	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa	Total de candidatos à reeleição	Total de candidatos atuantes no comércio e em empresas privadas	Total de candidatos atuantes como advogados
Chapa do Partido Republicano Paranaense	8	8	2.347	64,8	3	8	0
Outros	10	0	797	22	0	10	0
Chapa governista não oficial	7	0	474	13,2	0	7	0

Continua

1928							
Nome da chapa de candidatos a juiz distrital	Total de candidatos	Total de candidatos eleitos	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa	Total de candidatos à reeleição	Total de candidatos atuantes no comércio e em empresas privadas	Total de candidatos atuantes como advogados
Chapa do Partido Republicano Paranaense	4	4	1.209	52,9	1	4	0
Chapa governista não oficial	4	0	775	34	0	4	0
Outros	1	0	300	13,1	0	1	0
Nome da chapa de candidatos a juiz distrital de Rio das Pedras	Total de candidatos	Total de candidatos eleitos	Total de votos da chapa	Percentual de votos da chapa	Total de candidatos à reeleição	Total de candidatos atuantes no comércio e em empresas privadas	Total de candidatos atuantes como advogados
Chapa do Partido Republicano Paranaense	4	4	94	69,1	1	–	–
Chapa governista não oficial	3	0	37	27,2	0	–	–
Outros	3	0	5	3,7	0	–	–

Fontes: *A República* (PR); *Almanak Laemmert* (RJ); *Atas da Câmara Municipal de Paranaguá* (1920;1924;1928); *Diário da Tarde* (PR); *Diário do Commercio* (PR); *O Dia* (PR).

Respeitante ao resultado da eleição de 1920, cumpre fundamentar cinco constatações. Primeiro, convém salientar que a elite de políticos governistas permaneceu socialmente homogênea. Foi muito restrita a absorção, a essa elite, de indivíduos não pertencentes aos ramos do comércio e das atividades portuárias. A Tabela 3 informa que metade dos vereadores eleitos em 1916 conseguiu se reeleger em 1920. Tratava-se, pois, de uma época de baixa

renovação da elite dirigente. Foi em tal pleito que Joaquim Soares Rodrigues conquistou o seu terceiro mandato consecutivo de vereador, bem como foi o postulante mais votado (318 sufrágios).⁶² Em síntese, nessa eleição permaneceu inalterada uma situação na qual abastados negociantes eram os candidatos mais competitivos da cidade. Esse grupo era constituído por postulantes cujo limite da força política consistiu em assegurar uma presença constante na Câmara local.

Nessa ocasião, contudo, houve uma pequena mudança na composição socioprofissional da Câmara. Tal mudança derivou da eleição do bacharel Francisco Accioly Rodrigues da Costa (1878-1933). Originário do Estado de Santa Catarina, ele estava radicado em Paranaguá desde 1901, ano em que assumiu o cargo de promotor público.⁶³ Portanto, foi lento o processo por meio do qual Costa foi integrado ao núcleo de governistas que tinham o aval do PRP para pleitear uma candidatura a vereador.

Compete, pois, sustentar a segunda constatação desta seção. Em 1920, Aníbal Dias de Paiva elegeu-se vereador e, assim, ingressou no grupo de governistas que detinham o apoio formal do PRP nas eleições. Conforme salientado, nos anos 1910 esse negociante não teve sucesso em suas duas tentativas de se eleger vereador pela chapa não oficial dos situacionistas. Desse modo, o caso de Paiva permite corroborar a afirmação de que concorrer fora da chapa oficial não significava que o candidato buscava se desligar do partido majoritário.

A participação em uma chapa não oficial denota de que, no momento da eleição, o postulante situacionista não tinha suas pretensões políticas endossadas pelos gestores do diretório local do PRP. Entretanto, essa falta de apoio poderia ser revertida. Os líderes do partido conseguiram manter no seu rol de aliados indivíduos que, a exemplo de Aníbal Paiva, não obtiveram o respaldo oficial em suas primeiras disputas eleitorais. Dessa forma, candidatos não oficiais tais como Paiva preferiam aguardar a chancela dos líderes da situação em vez de aderir ao grupo oposicionista chefiado por Alencar Guimarães.

De outra parte, a terceira constatação desta seção comporta a afirmação de que o apoio de sua parentela foi crucial para que esse parlamentar conseguisse adesões ao PA em Paranaguá. Em 1920, um dos primos do então senador, Acrísio Guimarães (1891-1976), foi candidato a vereador nessa cidade pela chapa do PA. Ele era filho do citado João Guilherme Guimarães. Foram esses familiares que recrutaram egressos da ordem situacionista para os quadros do

⁶² PARANAGUÁ. *Atas da Câmara Municipal de Paranaguá*. Ata da Junta Apuradora Municipal, 6 jul. 1920, p. 75.

⁶³ *A República*, Curitiba, n. 285, 17 dez. 1901, p. 2.

PA. O ex-vereador Policarpo José Pinheiro, por exemplo, era um correligionário dos Guimarães desde os anos 1890. Em 1920, ele concorreu a uma vaga na Câmara Municipal filiado ao PA.⁶⁴ Em última análise, nessa época a oposição em Paranaguá era liderada por ex-integrantes do grupo governista, os quais ambicionavam recuperar um espaço nas instituições locais.

Em quarto lugar, trata-se de ressaltar que o surgimento do PA não contou com a adesão de todos os antagonistas das candidaturas oficiais. A Tabela 3 evidencia que, além dos postulantes do PA, outros seis indivíduos enfrentaram os candidatos do PRP na disputa pelas vagas de vereador. A chapa do PA se mostrou mais competitiva em comparação a esse outro grupo de rivais dos situacionistas. Todavia, a eleição de 1920 em Paranaguá não foi um momento de competição mais acirrada, de modo que o percentual de votos da chapa governista no pleito para vereador (65,3%) não foi muito inferior do obtido pelas chapas situacionistas nas três eleições anteriores.

A quinta constatação, por fim, é alusiva à disputa para juiz distrital de Rio das Pedras, uma área rural na qual se localiza a colônia de Alexandra, formada originalmente por imigrantes italianos.⁶⁵ O resultado dessa disputa evidencia que em tal localidade a polarização eleitoral era menos acentuada. A Tabela 3 mostra que, nessa área que dista cerca de quinze quilômetros do centro histórico do município, os candidatos oficiais do PRP obtiveram votações expressivas. Conforme evidenciado no estágio seguinte desta seção, esse partido formou uma ampla base de correligionários no Rio das Pedras por meio do envolvimento de alguns de seus habitantes nos esquemas de preenchimento de cargos públicos. Nessa localidade, portanto, a atuação política dos adversários da agremiação situacionista não era relevante.

Em 1921, o PA foi extinto e a oposição estadual voltou a se desorganizar. Por consequência, restabeleceu-se um cenário no qual apenas o PRP pleiteava cargos como os de deputado estadual e senador. Essa situação não era inerente apenas ao Paraná. Em 1924, em dois terços dos estados brasileiros, os

⁶⁴ Em meados dos anos 1910, eles migraram juntos para o campo oposicionista. Nessa época, havia décadas que eles eram aliados. No começo dos anos 1890, por exemplo, Policarpo Pinheiro foi vereador em Paranaguá em companhia de Alberto Gomes Veiga e João Guilherme Guimarães. *A República*, n. 66, 25 mar. 1893, p. 1.

⁶⁵ Acerca da origem desse núcleo de imigrantes, cuja fundação ocorreu no princípio dos anos 1870, ver CAVANA, Jussara Nena. *Colônia Alessandra*. Curitiba: Progressiva, 2012.

candidatos governistas não tiveram competidores nas eleições para o Senado e a Câmara dos Deputados.⁶⁶

Em Paranaguá, a desmobilização eleitoral da oposição restaurou um cenário que vigorara nas décadas de 1900 e 1910. Esse cenário era caracterizado pelo embate entre as chapas oficiais e não oficiais do PRP nas eleições para vereador e juiz distrital. Assim, o pleito de 1920 foi apenas uma breve interrupção de uma dinâmica política na qual o partido oficial não era combatido por outras agremiações. O PRP era o único partido atuante no Paraná. Em Paranaguá, os seus filiados continuavam divididos em grupos que disputavam entre si o controle das instituições municipais. Em 1924 e 1928, nas últimas duas eleições para o comando da administração local, não havia uma agremiação oposicionista em atividade no estado. Nesse ínterim, foi pouco duradoura a única iniciativa destinada à formação de um novo partido para rivalizar com o PRP.⁶⁷

Cabe, pois, fundamentar duas constatações acerca das eleições para vereador e juiz distrital de Paranaguá ocorridas em 21 de junho de 1924.⁶⁸ Primeiro, cumpre assinalar que em tal ano o desempenho dos governistas no pleito para a Câmara foi análogo ao obtido nas eleições realizadas na década de 1910. Ou seja, o PRP voltou a amearhar o apoio de parcela superior a dois terços do eleitorado. Em meados da década de 1920, a composição da Câmara tornou a ser marcada pela presença exclusiva de indivíduos que faziam parte do meio empresarial. Conforme evidenciado na Tabela 3, os cinco novos vereadores eleitos em 1924 pertenciam a esse meio.

Segundo, nota-se que a competição eleitoral voltou a opor os políticos dotados da chancela do diretório governista e os situacionistas que, apesar de carecerem desse aval, não buscaram se transferir para a oposição. A esse respeito, cumpre assinalar que, em 1924, o citado Juvenal Ferreira Arantes pleiteou um novo mandato à Câmara local. Nessa ocasião, ele regressou à condição de governista desprovido do apoio formal do PRP. O fato de se candidatar

⁶⁶ *O Dia*, Curitiba, n. 201, 19 fev. 1924, p. 1.

⁶⁷ De 1926 a 1927, esteve em atividade o Partido Democrático Paranaense (PDP), cujo presidente era João Guilherme Guimarães. Em 1927, a derrota do candidato do PDP na eleição para deputado federal foi acompanhada por uma nova desagregação dos membros do campo oposicionista. Ver GRANATO, Natália Cristina. O Partido Democrático Paranaense de 1927 a 1930: um estudo dos capitais familiares e sociais de seus dirigentes. *Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 36-55, 2018.

⁶⁸ Nessa ocasião, não houve eleição para prefeito. Desde 1922, esse cargo era exercido por Francisco Accioly Rodrigues da Costa em virtude da renúncia de José Gonçalves Lobo. Em 1924, Accioly foi confirmado no cargo por meio de nomeação do presidente do estado Caetano Munhoz da Rocha. FREITAS, Waldomiro Ferreira de. *História de Paranaguá: das origens à atualidade*. Curitiba: Vicentina, 1999, p. 224.

pela chapa não oficial fez com que Arantes alcançasse apenas a condição de vereador suplente, em virtude da qual pôde participar de forma episódica das sessões da Câmara.⁶⁹

Em terceiro lugar, ressalta-se que a eleição para juízes distritais de Rio das Pedras permitiu ao PRP absorver aos seus quadros descendentes de imigrantes italianos. Uma parcela desses descendentes se filiou a esse partido, obteve mandatos eletivos e fez campanha para candidatos recomendados pelo PRP. Dentre esses novos correligionários do grupo situacionista estavam Luiz Belletti e Félix Albini, os quais se elegeram juízes distritais em 1924 e 1928, respectivamente. Essas eleições foram uma etapa inicial do engajamento de ambos em campanhas de candidatos respaldados pelo PRP.

Em Alexandra, em fins da Primeira República, Belletti gerenciava uma agência de arrecadação de tributos municipais. Albini, por sua vez, era um servidor estadual que atuava como inspetor escolar.⁷⁰ Em 1929, eles declararam apoio à candidatura presidencial de Júlio Prestes de Albuquerque, postulante avalizado pelo PRP.⁷¹ Verifica-se, assim, que o pertencimento à ordem governista poderia resultar na obtenção de apoio eleitoral, bem como na nomeação para cargos públicos preenchidos discricionariamente pelos prefeitos e presidentes do estado.

Em 21 de junho de 1928, quando foi realizada uma nova eleição municipal em Paranaguá, a situação política do Paraná não se alterara. Não havia um partido de oposição em atividade. O PRP continuava a exercer o domínio absoluto sobre a vida eleitoral do estado. O quadro político de Paranaguá também não passara por mudanças.

A Tabela 3 indica que, no citado ano, os cargos de vereador e juiz distrital foram disputados somente por integrantes do PRP. A peculiaridade desse pleito reside no fato de que houve disputa para o cargo de prefeito. Contudo, era uma competição entre governistas. Essa competição não ameaçou o êxito dos candidatos inscritos na chapa oficial.⁷² Nesse contexto, os rivais dos postulantes oficiais eram, a exemplo da situação verificada nos pleitos anteriores,

⁶⁹ Há registros de que, em 1926, Juvenal Arantes participou de sessões da Câmara de Paranaguá juntamente a outro vereador suplente, Álvaro de Souza Viana. PARANAGUÁ. *Atas da Câmara Municipal de Paranaguá*. Sessão de 14 de abril de 1926, p. 110.

⁷⁰ *Almanak Laemmert*, Rio de Janeiro, 1930, v. 4, p. 548.

⁷¹ *A República*, Curitiba, n. 190, 15 ago. 1929, p. 1.

⁷² Essa disputa envolveu Didio Iratim Affonso da Costa (1881-1953), candidato oficial, e José Gonçalves Lobo. O primeiro obteve 440 votos (71,3%) e o segundo conseguiu 177 votos (28,7%). PARANAGUÁ. *Atas da Câmara Municipal de Paranaguá*. Ata da Junta Apuradora Municipal, 6 jul. 1928, p. 204.

filiados ao partido da situação. Esses membros preferiam aguardar longos anos até conseguir o apoio oficial às suas candidaturas, em detrimento de participar da estruturação de um partido de oposição.⁷³

Considerações finais

Há três resultados desta análise que requerem especial atenção. Primeiro, demonstrou-se que a cidade de Paranaguá, de 1908 a 1928, tinha uma cena política socialmente homogênea e dotada de um aspecto rotineiro. Esse aspecto deriva do fato de que a competição eleitoral existia, mas era restrita a um conjunto de negociantes ligados ao situacionismo. À exceção do pleito municipal de 1920, momento em que se verificou a participação de um partido de oposição, a vida política da cidade foi marcada pela reiteração de embates entre os membros do PRP. Em Paranaguá, a ala majoritária desse partido conseguia eleger os seus candidatos. A ala minoritária, por seu turno, era composta pelos suplentes dos cargos municipais. Esse cenário não se modificou no decorrer do citado recorte temporal.

Segundo, foi destacado que a breve atuação de um partido oposicionista (PA) no jogo eleitoral da cidade não motivou a consolidação de um grupo dedicado a competir com os candidatos oficiais. Nesse município, o PA não teve êxito em conquistar adesões numerosas junto aos eleitores e aos governistas excluídos das chapas oficiais do PRP.

Em terceiro lugar, foi demonstrado que um dos aspectos do poder do partido governista era manter no seu rol de correligionários indivíduos que não obtinham apoio oficial às suas pretensões eleitorais. Os candidatos desprovidos desse apoio permaneciam na ordem governista à espera de serem incluídos nas chapas oficiais. Em Paranaguá, existiu uma oligarquia cujos componentes competiam entre si nas eleições municipais. Entretanto, não era frequente o envolvimento desses correligionários em dissidências responsáveis pela criação de partidos oposicionistas. Havia, pois, um alto grau de coesão política entre os membros dessa oligarquia.

⁷³ Atente-se ao caso de Eurípedes Rodrigues Branco (1876-1956). Em 1908, ele não teve sucesso em sua candidatura de vereador pela chapa não oficial. Em 1912, elegeu-se juiz distrital. Porém, foi apenas em 1928 que ele conquistou o apoio do PRP para se eleger vereador de Paranaguá. *Idem*, p. 203.

Referências

- ALVES, Alessandro Cavassin. A família de Manoel Antônio Guimarães na composição do poder local em Paranaguá (1856-1889). *Revista do NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses*, Curitiba, v. 3, n. 1, 2017, p. 209-237.
- ALVES, Alessandro Cavassin. *A Província do Paraná (1853-1889): a classe política, a parentela no Governo*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- ARRUDA, Larissa Vacari Rodrigues de. *Disputas oligárquicas: as práticas políticas das elites mato-grossenses (1892-1906)*. São Carlos: Ed. UFSCar, 2015.
- BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As elites políticas de Rio Claro: recrutamento e trajetória*. Campinas/Piracicaba: Ed. Unicamp/Ed. Unimep, 2001.
- BORMANN, José Bernardino. *Dias fratricidas: memórias da Revolução Federalista no Paraná*. Vol. 1. Curitiba: Tip. da Livraria Econômica, 1901.
- BRASIL. *Annaes da Câmara dos Deputados*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.
- CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. *Cícero Dantas Martins – de Barão a Coronel: trajetória política de um líder conservador na Bahia (1838-1903)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.
- CAVANA, Jussara Nena. *Colônia Alessandra*. Curitiba: Progressiva, 2012.
- COSTA, Luiz Domingos; MASSIMO, Lucas; PERISSINOTTO, Renato Monseff. Oligarquia competitiva e profissionalização política: o caso dos senadores brasileiros da Primeira República (1889-1934). *Dados*, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, 2017, p. 79-110.
- FIGUEIRA, Priscila Onório. *Às margens da baía, um ancoradouro: história do desenvolvimento do Porto D. Pedro II, na Baía de Paranaguá (séculos XVIII-XX)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.
- FIGUEIREDO, Vítor Fonseca. *Voto e competição política na Primeira República: o caso de Minas Gerais (1889-1930)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- FREITAS, Waldomiro Ferreira de. *História de Paranaguá: das origens à atualidade*. Curitiba: Vicentina, 1999.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *Classe dominante e jogo político na Assembleia Legislativa do Paraná (1889-1930)*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

GOULART, Mônica Helena Harrich Silva. *O poder local e o coronelismo no Paraná, 1880-1930*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

GRANATO, Natália Cristina. O Partido Democrático Paranaense de 1927 a 1930: um estudo dos capitais familiares e sociais de seus dirigentes. *Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 36-55, 2018.

GUIMARÃES, Manoel de Alencar. *Política do Paraná: discursos pronunciados pelo deputado Manoel de Alencar Guimarães no Congresso Legislativo do Paraná*. Curitiba: s/e, 1915.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARTINY, Carina. As diversas oposições no Rio Grande do Sul da Primeira República. In: BATISTELLA, Alessandro [et. al.] (Org.). *Capítulos de História Política: problemas e estudos*. Vol. 2. Passo Fundo: Acervus, 2020, p. 291-313.

MARTINY, Carina. “Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município”: constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

NEGRÃO, Francisco. *Genealogia paranaense*. Vol. 6. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2004.

NICOLAU, Jairo. *As eleições no Brasil: do Império aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. *O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná (1853-1930)*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias, 1889-1943: a Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

RIBEIRO, Paula Vanessa Paz. “A terceira estrela da federação”: a bancada gaúcha no contexto político-eleitoral dos anos 1920 a 1924. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *De líderes históricos a opositores: as dissidências republicanas e o jogo político regional (Rio Grande do Sul, 1890-1907)*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SÊGA, Rafael Augustus. *Tempos belicosos: a Revolução Federalista no Paraná e a rearticulação da vida político-administrativa do Estado (1889-1907)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2005.

VERNALHA, Milton Miró. *Maragatos X Pica-paus*. Curitiba: Lítero-Técnica, 1987.

WOODARD, James P. *Um lugar da política: republicanismo e regionalismo em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2019.

ZULINI, Jaqueline Porto. *Modos do bom governo na Primeira República brasileira: o papel do Parlamento no regime de 1889-1930*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Artigo recebido para publicação em 07/10/2025 e aprovado em 11/02/2026.